

1
ANEXO VII/9
10 SET 2018



Partido Socialista
MONCHIQUE

DECLARAÇÃO DE VOTO

Os deputados municipais eleitos pelo grupo municipal do Partido Socialista, com assento na Assembleia Municipal de Monchique e abaixo assinados, na sessão extraordinária de 10 de setembro de 2018, votaram contra no ponto 3.4 – “**Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do Município de Monchique referente ao ano económico de 2017**”, justificado pelas seguintes razões.

Considerando que:

1. Pela primeira vez o Relatório de Gestão e a Prestação de Conta do Município de Monchique não foi apresentado à deliberação da Assembleia Municipal na sessão ordinária de abril, conforme determina a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, artigo 76.º, n.º 1 e a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigo 27.ª, n.º 2;
2. A Assembleia Municipal na sessão ordinária de 15 de setembro de 2017, deliberou por unanimidade a contratação da empresa Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, para elaborar a certificação legal das contas do município de Monchique, conforme obriga a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, artigo 77.ª, n.º 1;
3. O atraso de cerca de 6 meses na contratação dos serviços da empresa provocou, naturalmente, o atraso na elaboração da certificação legal das contas do município, tendo este relatório sido aprovado na reunião de Câmara de 24 de agosto de 2018, em vez de ter sido em abril em conjunto com os restantes documentos da prestação de contas do ano de 2017. O que originou tal atraso? Provavelmente as mesmas razões que levaram o executivo municipal a incumprir a lei desde 2014;
4. Os Relatórios de Gestão e a Prestação de Contas desde 2010 a 2016 já nos preocupavam pela consecutiva baixa taxa de execução no investimento municipal e este Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2017 mais uma vez mantém a mesma tendência. O executivo PSD conseguiu executar **apenas 28,60 %** em investimento das Grandes Opções do Plano de 2017 (percentagem obtida através do rácio *despesa de investimento/despesa total*);
5. Este é o cenário a que nos habituamos ao longo dos últimos 9 anos, ou seja, concretizarem apenas um terço dos compromissos propostos anualmente, é



Partido Socialista MONCHIQUE

deveras muito pouco para quem tem prometido muito. Os monchiquenses deviam e devem merecer muito mais e melhor.

6. O relatório de certificação legal das contas dá-nos a conhecer a existência de contabilizações deficientes e sobrevalorizadas; a ausência de constituição de provisões de elevado montante; a ausência de reconciliações bancárias e entre os programas de gestão e os programas contabilísticos; a demonstração de divergências e de falta de controlo na gestão das existências; a falta de regulamento de controlo interno e o consecutivo incumprimento na implementação da contabilidade de custos, obrigatório pelo POCAL, que resultam no final, num balanço e demonstração de resultados do ano económico de 2017 pouco credível. Enfim, nada que nos surpreenda, pois sempre consideramos que este executivo agia e age como se estivesse acima das melhores práticas do rigor orçamental e contabilístico, da transparência e até da legalidade;

7. Por outro lado o balanço apresenta-nos um resultado líquido do exercício negativo de **1.490.690,97 €**, demonstrando que as despesas foram superiores às receitas. Em 2017 foi particularmente baixa a arrecadação da receita para investimento (873.261,00 €), a mais baixa dos últimos 4 anos. Não será altura de o executivo municipal do PSD preocupar-se em arrecadar mais receita nos serviços que presta e que não respeitam os regulamentos municipais em vigor? Recomendamos que o façam a bem do equilíbrio financeiro necessário e do cumprimento da legalidade inserida nos regulamentos municipais;

8. A gestão do executivo municipal do PSD continua a comprometer seriamente o futuro do concelho de Monchique, devido à ausência permanente duma estratégia estruturante de curto, médio e longo prazo, por uma visão individualista e oportunista dos cargos que ocupam e pelo desleixo propositado de efetuar o combate aos reais problemas dos monchiquenses;

9. A segurança de pessoas e bens não foram atempadamente acauteladas pelo município; não foram desenvolvidas e aplicadas na prática as políticas que permitissem contrariar o despovoamento do município e não foram desenvolvidas as políticas de crescimento socioeconómico e do emprego no município durante os últimos nove anos, por este executivo liderado pelo edil Rui André;

10. Hoje estes problemas agravaram-se com a ocorrência do incêndio do passado mês de agosto, que colocou o futuro do Concelho ainda mais sombrio, mais necessitado de intervenções públicas na recuperação da normalidade da



Partido Socialista MONCHIQUE

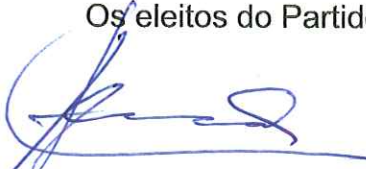
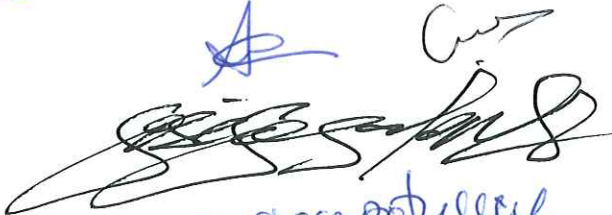
vida da população direta e indiretamente afetada, enfim, mais um lamentável passo no retrocesso do desenvolvimento socioeconómico e no previsível aumento do despovoamento do Concelho.

Os deputados municipais do grupo municipal do Partido Socialista com assento na Assembleia Municipal, votam contra os documentos de prestação de contas do Município de Monchique referente ao ano económico de 2017, porque consideram que a gestão do Município é feita pelo executivo municipal do PSD de uma forma incompetente, inerte, sem uma estratégia estruturante, desrespeitando sistematicamente a lei, que comprometeu ao longo dos últimos 9 anos o futuro do nosso Concelho, mas mais grave ainda, é continuar a comprometê-lo com esta percentagem de execução (28,6%) do seu plano ano após ano.

Manifestamos claramente o nosso descontentamento, apreensão e reprovação pelo estado atual do Concelho.

Monchique, 10 de setembro de 2018

Os eleitos do Partido Socialista


Steb Biebar Duarte António Rodrigues Steb

Maria Aires Casimiro
Mano André Jorge Calvo